

OUTORGADO Paulo Pereira da Silva
 Projeto Expansão Urbana de Juína Lote n.º 19
 Quadra n.º 112 Setor F Processo n.º 5159/86

TÍTULO DEFINITIVO N.º 01486

O GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, através da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - CODEMAT, baseado na Lei n.º 2.933 de 10 de junho de 1.969, regulamentada pelo Decreto n.º 1.138 de 30 de abril de 1.970 e considerando o que consta do Processo Administrativo n.º 5159/86 Outorga a

Paulo Pereira da Silva, brasileiro, solteiro,
 portador da Carteira de Identidade n.º 632.369 expedida pela SSP/MT e do CPF n.º 502.104.169.04

D) Título Definitivo de Propriedade de uma área de Terra denominada Expansão Urbana de Juína - lote 19, Quadra 112, com Setor F com 490,00 m² (quatrocentos e noventa metros quadrados) localizada no município de Juína - MT

este Estado, possuindo os seguintes limites e confrontações:
 Ao norte: lote 20, ao sul: lote 18, a leste: Rua Sistema, a oeste: lote 02. Situação dos flancos: frente: Rua Sistema - 14,00 m, lado direito: lote 18 - 35,00 m, fundos: lote 02 - 14,00 m, lado esquerdo: lote 20 - 35,00 m. **CANCELADO**
 Sendo pelo estado de Mato Grosso por força da matrícula da área total 28427, livro 200 de 19/05/87, e matrícula do loteamento 51211, livro 1A de 21/04/87 e a lei n.º 3744 de 10/06/76, publicada no DOE de 11/06/76, que altera a lei n.º 3307 de 10/12/72, publicada no DOE de 26/12/72, que autoriza a CODEMAT a promover o loteamento.

conforme planta e memorial descritivo, que ficam arquivados nesta Companhia, juntamente com Processo e loteamento do referido Projeto.

Dado e passado na Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, aos 19 dias do mês de dezembro de 1991,
Enri de Campos Figueiredo, Chefe do Setor Administrativo o fiz escrever e assino.

Transcrito por	Conferido por	Visto
----------------	---------------	-------

CERTIDÃO DE DIGITALIZAÇÃO

BASE LEGAL: DECRETO Nº 10.278, DE 18 DE MARÇO DE 2020

CERTIFICAMOS, por meio deste instrumento que todas as páginas anteriores pertencentes a este documento foram convertidas do meio físico para o digital pela empresa:

IMAGEDOCS APOIO ADMINISTRATIVO EM GESTAO DE ACERV

e que o arquivo em formato PDF aqui certificado foi conferido, representando **CÓPIA FIDEDIGNA** dos documentos físicos originais, este documento também foi certificado digitalmente pelo padrão ICP-Brasil cumprindo os requisitos do Decreto Nº 10.278, de 18 de março 2020, todo o processo foi realizado nos termos a cumprir na integra o Art. 5º do referido decreto, seguindo assim todos os padrões para que o documento digitalizado se equipare ao documento físico para todos os efeitos legais e para a comprovação de qualquer ato perante pessoa jurídica de direito público interno, vejamos a seguir todas as informações solicitadas pelo decreto:

I - ASSINADO DIGITALMENTE COM CERTIFICAÇÃO DIGITAL NO PADRÃO DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA - ICP-BRASIL, DE MODO A GARANTIR A AUTORIA DA DIGITALIZAÇÃO E A INTEGRIDADE DO DOCUMENTO E DE SEUS METADADOS.

IMAGEDOCS APOIO ADMINISTRATIVO EM GESTAO DE ACERV
38083617000190##

II - SEGUIU OS PADRÕES TÉCNICOS MÍNIMOS PREVISTOS NO ANEXO I.

DOCUMENTO: Textos manuscritos, com ou sem ilustração, em preto e branco

RESOLUÇÃO MÍNIMA: 300 DPI

COR: Escala de cinza

FORMATO DE ARQUIVO: PDF/A

CERTIDÃO DE DIGITALIZAÇÃO

III - CONTER, NO MÍNIMO, OS METADADOS ESPECIFICADOS NO ANEXO II.

Autor: INTERMAT
Titulo: 0206_2025-00143_221.5_JUINA - 03_01486
Assunto: LIVRO FUNDIÁRIO
PalavrasChave: LIVRO FUNDIÁRIO
Aplicativo: SCANMASTER
Produtor: INTERMAT
Identificador: 0206_2025-00143_221.5_JUINA - 03_01486.pdf
Responsavel: IMAGEDOCS
Tipo Documental: LIVRO FUNDIÁRIO
Hash: 4A1265FD0E1E968BEB8F0D5E38925615
Local-Data-Hora: MT - CUIABA / 11/04/2026 15:15:46
Classe: 221.5
Referencia PCTTD:TABELA DE CLASSIFICACAO E TEMPORALIDADE DA AREA FI
M DO INTERMAT
Data Producao: 11/04/2026 15:15:46
Destinacao: GUARDA PERMANENTE
Genero: TEXTUAL
Prazo Guarda: 00 ANOS

OBSERVAÇÃO: A empresa responsável pela migração de suporte papel para digital: IMAGEDOCS APOIO ADMINISTRATIVO EM GESTAO DE ACERV reafirma a não responsabilidade quanto a atividade de descarte dos documentos físicos originais conforme previsto no Art. 9º, essa atividade é de inteira responsabilidade da detentora da documentação, sugerimos a devida leitura deste artigo e integralidade do Decreto para avançar de forma correta, estruturada e formalizada.

MT - CUIABA / 11/04/2026 15:15:46

